

A FORMAÇÃO DO SUJEITO COGNOCENTE E SUA SUBJETIVIDADE A PARTIR DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

SILVA, Vanessa C.M.¹

RESUMO: No presente trabalho buscamos esclarecer como ocorre o processo ensino aprendizagem da linguagem, seja ela oral ou escrita, e a sua relação com a formação do sujeito cognocente que torna-se capaz de definir sua própria subjetividade a partir da autonomia adquirida nas relações interpessoais e assim expressar seus pensamentos e fazer-se cidadão crítico, tendo como base as teorias de Jean Piaget, a Epistemologia Genética, Emília Ferreiro, a Psicogênese da língua escrita e Noam Chomsky.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da linguagem, sujeito cognocente, subjetividade.

ABSTRACT: In the present work we want to clarify how the process of teaching language learning occurs, whether oral or written, and its relation to the formation of the cognitive subject that becomes capable of defining its own subjectivity from the autonomy acquired in interpersonal relations. And thus express his thoughts and become a critical citizen, based on theories of Jean Piaget, Genetic Epistemology, Emilia Ferreiro, the Psychogenesis of the written language and Noam Chomsky.

KEY WORDS: Acquisition of language, cognitive subject, subjectivity.

1. Introdução

Neste trabalho visamos estabelecer um relacionamento entre a linguagem oral e escrita a fim de averiguar suas respectivas aquisições tendo como base a epistemologia de cada indivíduo e a formação de um sujeito capaz de aprender através de suas experiências e observações, assim como a formação de sua subjetividade.

Inicialmente buscamos verificar como se dá a aquisição da linguagem, se seria inata ou adquirida, a partir daí, com base na teoria de Jean Piaget devemos situar uma referência

¹Vanessa Cavadas Maciel da Silva. Professora de Educação Infantil do Município de Petrópolis, RJ. Formada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Estácio de Sá em 2008, pós-graduada em Língua Portuguesa e Linguística, pela mesma universidade em 2011, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2014, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Grupo UNINTER, em 2015. Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis.

psicopedagógica com a finalidade de avaliar e intervir na formação deste sujeito cognocente no intuito de estimular e situá-lo frente à sociedade e ao direito à cidadania.

Para este trabalho buscamos embasamento teórico nas obras de Noam Chomsky, Emília Ferreiro e Jean Piaget.

2. Aquisição da linguagem

Segundo o Dicionário Aurélio, Epistemologia é: "Ramo da filosofia que se ocupa dos problemas que se relacionam com o conhecimento humano, refletindo sobre a sua natureza e validade." Tendo tal definição em vista, vamos nos ocupar do conhecimento da linguagem para o psicopedagogo e suas possibilidades de avaliações e intervenções.

O estudo da linguagem, tal como conhecemos atualmente, surgiu no século XIX após a tentativa mal sucedida da separação da linguística, da filosofia e da psicologia.

Sabemos que a linguagem é o que nos diferencia dos animais, desde pequenos o ser humano se comunica seja pelo choro, gestos, até chegar à fala e posteriormente à escrita.

Vemos aqui o que CHOMSKY (1928) chama de "uso normal da fala", que nada mais é do que a vasta capacidade de interação entre os falantes, mesmo com a criação de novas expressões linguísticas.

Segundo CHOMSKY, 1928, pág. 35

“Descartes argumentou que a única indicação segura de que outro corpo possua uma mente humana, de que não seja um mero autômato, é a sua capacidade de usar normalmente a linguagem; e alegou que a sua capacidade não pode ser detectada num animal ou num autômato que, sob outros aspectos, dá sinais de inteligência aparente que supera a humana, embora tal organismo ou máquina possa ser tão dotado, quanto um ser humano, dos órgãos fisiológicos necessários à produção da fala.” (CHOMSKY, 1928, pág. 35)

Na verdade, a grande diferenciação entre o autômato, o animal e o ser humano é a capacidade de articular a linguagem criando novas expressões a partir do que está pré-determinado em sua memória.

É através da linguagem que expressamos nossa identidade, bem como vontades, desejos, gostos e até sentimentos formando assim nossa subjetividade.

Podemos citar como exemplo o papagaio, que decora um número finito de palavras e sentenças e as repete em determinadas situações. O animal é incapaz de articular este grupo de palavras já conhecidas para formar novas expressões.

O mesmo ocorre com o autômato, que são máquinas programadas por um ser humano e apesar de sua inteligência virtual avançada são incapazes de produzir novas sentenças a partir de seus dados pré-existentes, tais como robôs, computadores, etc.

Através dos estudos linguísticos o homem busca entender a própria comunicação e a dos seres que o cercam. A partir daí torna-se curioso o universo da criança e sua aquisição da linguagem oral e posteriormente escrita, o que CHOMSKY(1928) chama de *competência linguística*.

“Se um dia tivermos que entender como a linguagem é usada ou adquirida, devemos abstrair para estudo separado e independente um sistema cognitivo, um sistema de conhecimento e crença, que se desenvolva na primeira infância e interaja com muitos outros fatores para determinar os tipos de comportamentos que observamos.”
(CHOMSKY, 1928, pág. 32)

Entende-se desta forma que a criança em seus primeiros anos de vida, desde que esteja em contato com uma comunidade falante é capaz de adquirir sua competência linguística.

SAUSSURE (2006), seu precursor estabeleceu as funções da linguística estrutural na qual afirma a ideia de um "eixo sintagmático", ou seja, padrões da fala e um eixo paradigmático, suas variações.

O que chama a atenção em ambos os estudos é a formação da fala na criança, que recebe informações básicas e a partir destas desenvolve novas sentenças, por exemplo:

Uma mãe ensina a criança a dizer “*mamãe*”.

Aos poucos a criança ao ver a mãe diz “*É mamãe!*”

A construção desta frase partiu do aprendizado de uma única palavra sem que ninguém a tivesse ensinado as formas de complementos para a formação de uma sentença. Certamente ela já ouviu algum adulto dizer “*É mamãe!*”, mas nunca foi ensinado diretamente.

Para tornar claro o processo de aquisição da língua falada e escrita devemos diferenciar ciência da linguagem que se trata de uma das faculdades do ser humano e ciências da língua que é sua variação, sendo uma particularidade de cada região e cultura.

Para CHOMSKY (1928) "a linguagem é inata, pois segundo sua teoria da gramática gerativista a partir da junção entre sintagmas nominais e verbais é possível produzir uma série de sentenças nunca ditas ou escritas anteriormente". Como é o caso do exemplo supracitado.

Aqui percebemos claramente a função da escola no processo ensino-aprendizagem. Se por um lado a criança aprende a formar combinações entre o signo, o significante e significado para que possa se expressar através da linguagem falada a partir da observação, por outro, a aprendizagem da língua escrita depende de ser ensinada, desde o conhecimento dos nomes e das respectivas grafias das letras até a formação de sentenças propriamente ditas.

Este processo se prolonga ao longo da vida escolar do educando, mas se inicia nos primeiros anos da educação básica.

Baseando-nos nas teorias de CHOMSKY (1928) podemos afirmar que por volta dos três anos de idade uma criança pode falar e compreender conversas comuns do seu cotidiano. Aqui falamos de qualquer criança em qualquer lugar do mundo tendo em vista apresentar todas as suas faculdades mentais normais e estar em convívio com um grupo de falantes.

Um caso específico foi o das irmãs indianas Amala e Kamala encontradas no ano de 1920 em uma matilha após se perderem-na floresta. As meninas foram acolhidas e levadas a um abrigo na tentativa de socializa-las.

Amala faleceu próximo aos dois anos de idade e Kamala por volta dos oito anos. Na ocasião Kamala dominava um vocabulário de 50 palavras se apresentava raras demonstrações de afeto.

Ambas jamais tiveram contato algum com a linguagem humana antes de serem levadas ao abrigo e embora tivessem todas as competências linguísticas, as faculdades mentais e a estrutura física perfeitas não foi possível desenvolver a prática da língua falada devido a ausência de contatos verbais.

Casos comuns em nosso cotidiano são os dos surdos-mudos, pois são raros os casos de pessoas com surdez severa aprenderem a falar. Embora não haja comprometimento do aparelho fonador o indivíduo não é capaz de falar pelo fato de não ouvir.

A criança aprende sua primeira língua sem que ninguém a ensine. Ninguém precisa mostrar a ela o som das vogais e suas junções com as consoantes para formar palavras, muito menos o significado das palavras. Entretanto é necessário que ela possa ouvir para posteriormente reproduzir e criar novas sentenças.

Diferentemente de uma segunda língua em que neste caso é necessário passar pelo processo ensino/aprendizagem.

Podemos citar como exemplo uma criança filha de pais brasileiros que ao nascer foi adotada por japonês e levada para morar no Japão e nunca teve nenhum contato com a língua portuguesa.

Neste caso a sua língua materna será o japonês independentemente de sua naturalidade. Esta criança possivelmente só aprenderá a língua portuguesa se passar pelo processo ensino-aprendizagem em qualquer que seja a idade em que ela se encontrar.

Aproximadamente aos 3 anos e idade a criança inicia sua vida escolar e já chega à escola com seu vocabulário e uma infinidade de sentenças já formadas, sendo capaz de expressar-se em qualquer situação, ainda que ela entenda muito mais palavras do que seja capaz de reproduzir.

Então, a criança tem sua bagagem própria e cabe ao psicopedagogo apenas complementá-la.

Entendendo que a língua é um fato social, cada grupo da sociedade a representa de seu modo, criando assim diferentes dialetos de uma mesma língua.

BAGNO (2005), em seu livro *Preconceito linguístico – o que é e como se faz?*, apresenta oito mitos sobre o preconceito linguístico e o primeiro é intitulado como “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”.

Segundo o autor:

“Este mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização, etc.” (BAGNO, 2005, pág. 15)

É bem verdade que no Brasil a variação linguística é imensa, a cada comunidade, região, classe social, cultura, dentre outros fatores, a língua sofre modificações que devem ser consideradas na escola. Aqui estamos tratando exclusivamente da língua falada. O que se busca neste sentido é o respeito pelo dialeto do aluno.

Uma criança nordestina que chega a uma escola localizada no centro do Rio de Janeiro pode ser alvo de estranheza tanto para os demais alunos quanto para os professores, quando na realidade o que ela apresenta é uma rica fonte para trocas de conhecimentos linguísticos e culturais através de suas experiências.

No entanto, não se deve perder de vista os objetivos do aluno estar na escola, que é o aprender. Aprender novas variações e chegar à língua padrão. Não que exclusivamente ela deva ser usada em seu cotidiano, mas deve ser aprendida para a interpretação de futuros diálogos.

Se até aqui vimos que a aquisição da língua portuguesa através da fala pelas crianças como primeira língua é aprendida através da interação com a comunidade a qual está inserida e da tentativa de copiar o que o adulto diz ou faz e a partir daí interpretar e dar sentido ao que foi dito de acordo com seus conceitos prévios para que sejam formadas novas expressões e sentenças, em relação à língua escrita não é muito diferente, porém neste caso o processo ensino-aprendizagem é indispensável, pois não basta observar e repetir as atitudes de um adulto conhecedor da língua é necessário o conhecimento das regras e convenções exigidas pela gramática. Para tal aprendizado contamos com as instituições escolares que têm como objetivo nesta área o ensino da língua padrão, sem desrespeitar o conhecimento prévio do aluno, sua cultura e seus dialetos.

Sabe-se que ao chegar à instituição de ensino a criança na idade escolar em geral é capaz de se comunicar através da fala, utilizando-se de um vasto vocabulário e expressões conhecidas em seu cotidiano, e já está inserida em um dialeto próprio, mas valorizar por demasiado este aprendizado pode limitar o aluno a adquirir novos conhecimentos, principalmente se é a partir dele que queremos que o educando tenha seu primeiro contato com a língua escrita.

Com o objetivo de ensinar a norma culta da língua portuguesa a escola tem por ponto de partida utilizar as variações linguísticas para chegar à gramática normativa.

A linguagem oral e escrita é o principal instrumento de poder do ser humano e sua articulação adequada interfere em qualquer decisão. Daí a necessidade e que cada variação e principalmente a norma padrão da língua sejam trabalhadas e esclarecidas em sala de aula e assim o aluno será capaz de adequar seu discurso às diferentes situações do dia-a-dia.

Iniciar o ensino da língua escrita é sempre um grande desafio para o professor, para os pais e para os alunos. É um momento de grande ansiedade por parte de todos e segundo FERREIRO(2007) pode ser através do método sintético, o qual parte de elementos menores para a palavra ou através do método analítico o qual parte de palavras ou unidades maiores.

Segundo a autora:

“O método sintético insiste, fundamentalmente, na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia. Outro ponto chave para esse método é estabelecer a correspondência a partir dos elementos mínimos, num processo que consiste em ir das partes ao todo. Os elementos mínimos da escrita são as letras. Durante muito tempo se ensinou a pronunciar as letras, estabelecendo-se as regras de sonorização da escrita no seu idioma correspondente. Os métodos alfabéticos mais tradicionais abonam tal postura. Posteriormente, sob a influência da linguística, desenvolve-se o método fonético, propondo que se parta do oral. A unidade mínima do som da fala é o fonema. O processo, então, consiste em iniciar pelo fonema, associando-o à sua representação gráfica. É preciso que o sujeito seja capaz de isolar e de reconhecer os diferentes fonemas de seu idioma para poder, a seguir, relacioná-los aos sinais gráficos. No que se segue, referimo-nos fundamentalmente ao método fonético, posto que o alfabético caiu em desuso. Como a ênfase está posta na análise auditiva para se separar os sons e estabelecer as correspondências grafema-fonema (isto é, letra-som) institui-se duas questões prévias: que a pronúncia seja correta para evitar confusões entre os fonemas, e que as grafias de forma semelhantes sejam apresentadas separadamente para evitar confusões visuais entre as grafias. Outro dos importantes princípios para o método é ensinar um par de fonema-grafema por vez, sem passar ao seguinte enquanto a associação não esteja bem fixada. Na aprendizagem, está em primeiro lugar a mecânica da leitura (decifrado o texto) que, posteriormente, dará lugar à leitura “inteligente” (compreensão do texto lido), culminando com a leitura expressiva, na qual se junta a entonação.” (FERREIRO, 2007, pág. 21)

Inserida no ambiente escolar a partir de aproximadamente 4 anos, a criança frequenta as classes de educação infantil até que se complete 6 anos de idade. Nesta fase a maioria dos alunos chegam à escola sem se quer ter conhecimento do que é uma letra e para que serve então vemos a necessidade de nos ater na primeira questão e de certo concluiremos que o vocabulário e a sonorização da criança ainda não estão bem formados e corre-se o risco de partirmos para um processo de aquisição da escrita sem fundamentos sólidos.

Segundo a própria FERREIRO (2007) "a escrita pode ser avaliada em cinco níveis diferentes e sucessivos".

No primeiro nível existe uma baixa diferenciação entre as grafias dependendo do tipo de escrita com a qual a criança tenha maior interação, seja ela de forma ou cursiva. No segundo nível vemos a tentativa de diferenciação no grafismo, no entanto a criança utiliza letras conhecidas, geralmente as do seu nome, para a partir de diferentes sequencias formar novas palavras. No terceiro nível temos o início das relações entre o contexto sonoro da linguagem e o contexto gráfico do registro e pela primeira vez a escrita é reconhecida como partes sonoras da fala. No quarto nível, conhecido como hipótese silábico-alfabético, vemos a transição em que a criança busca relacionar o som do fonema à grafia adequada e à quantidade de grafemas, mas sem abandonar o terceiro nível. No quinto e último nível todos os obstáculos da associação entre grafemas e fonemas são vencidos e a criança é capaz de efetuar as respectivas correspondências alcançando a legibilidade da sua escrita.

De acordo com suas próprias teorias vemos a contradição da autora ao afirmar que o método sintético está em desuso.

Na educação infantil parte-se do concreto para o abstrato e, apesar do fato da criança já ser capaz de se expressar oralmente, os fonemas ainda são abstratos para ela e o contato mais próximo que se tem com a escrita é a grafia.

Neste caso o método alfabético que a autora afirma estar em desuso é o mais adequado, pois parte do conhecimento que o educador oferece ao educando independentemente do seu dialeto tendo por base o que é concreto, a letra.

A leitura para as crianças pequenas é uma base sólida para a aquisição da escrita, pois, observadas as linguagens do texto, pode-se usá-lo tanto para o conhecimento das variações da linguagem, quanto para levar o discente a uma linguagem culta, a qual servirá de base para a aquisição da escrita.

Vamos aqui tratar inicialmente da escrita na Educação Infantil. A grande questão deste trabalho é: até onde podemos instigar o conhecimento de uma classe?

A fim de responder esta questão observamos que diversos educadores preferem limitar-se a conteúdos cognitivos ou apenas ao mero conhecimento dos nomes das letras. Esta posição pode

limitar o interesse do aluno em aprender. Ele pode ir além dos nomes das letras, por exemplo, sem ser forçado a ler ou a escrever na Educação Infantil. O que acontece é que nesta fase a criança está ansiosa para adquirir este conhecimento e limitá-la pode interferir no seu aprendizado posterior.

O próprio PIAGET (2012) afirma que "a epistemologia genética não é uma regra, cada ser humano desenvolve-se a seu tempo". Assim, numa sala de aula pode haver crianças muito avançadas nos conteúdos e outras que ainda aguardam para alcançar o mesmo conteúdo. Esta espera não depende do professor ou dos métodos didáticos e sim do aluno que em determinado momento desenvolverá seu raciocínio lógico para tal aprendizagem.

Segundo a autora AZENHA. 1993. Pág. 60:

Uma criança, mesmo antes de entrar para a escola, costuma rabiscar utilizando lápis e papel, se tiver oportunidade para isso. Essas primeiras escritas nunca foram adequadamente consideradas, sendo vistas apenas como rabiscos ou garatuñas sem importância. Mas se partirmos da teoria piagetiana, saberemos que as crianças fazem explorações ativas sobre os objetos de conhecimento. Ao escreverem uma palavra ainda não aprendida colocarão em jogo as concepções que fazem sobre a escrita, em busca de uma resposta para a solução do problema de registrar uma palavra de significado conhecido, mas de forma gráfica ainda obscura. (AZENHA. 1993. Pág. 60)

Com esta autora percebemos a importância que devemos dar aos primeiros rabiscos das crianças, pois estes são os primeiros indícios da escrita da criança.

Para a autora BALESTRA, baseando-se nas obras de Piaget: "(...) a suposição é que ao mesmo tempo em que ensina, o professor está sempre atento para analisar as diferentes maneiras de aprendizagem demonstradas pelo aluno na execução das atividades propostas." (BALESTRA, 2007)

Sendo assim, cabe ao psicopedagogo seja no âmbito clínico ou institucional viabilizar o ensino da língua materna, a fim de promover a interação social e a busca pelo exercício da cidadania, criando meios de intervenções para este fim.

Em sua obra, A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade, BALESTRA apresenta atividades de avaliação baseadas na teoria de desenvolvimento da criança, criada por Piaget, nas quais observa-se o desenvolvimento espontâneo, a quantidade discreta e a

noção de conservação, atividades estas que situam o psicopedagogo quanto ao conhecimento prévio do educando e as possibilidades de novos aprendizados.

A grande questão imposta tanto pelos alunos, enquanto ainda crianças, quanto pelos grandes professores e linguistas é o porquê aprender e o como usar a linguagem.

Sabemos que a principal função da linguagem é o discurso e a persuasão produzida por este, a fim de que o indivíduo possa exercer seu poder e sua autonomia.

A Análise do Discurso é um ramo da linguística que visa estudar o uso da linguagem nas relações cotidianas.

Para definir alguns conceitos da análise do discurso, é importante iniciarmos com a teórica ORLANDI, 2003, p.95-96 que afirma:

Se, ao dizer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos. É considerada dessa maneira que a linguagem é uma prática; não sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica. O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não são ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia. (ORLANDI, 2003, p.95-96).

Entendemos que é por meio da linguagem que o ser humano tem seu espaço no mundo, é assim que ele compartilha sua ideologia. É por ela que se dá significado ao mundo, através da relação entre nome e coisa.

Segundo sua óptica podemos também conceituar alguns termos da análise do discurso, propostos na obra *Análise de Discurso*.

Sabemos que para haver relação entre a língua e a exterioridade precisa-se dos elementos básicos supracitados, pois não há discurso sem sujeito, assim como não há sujeito sem ideologia que, está materialmente ligada ao inconsciente pela língua.

Para ORLANDI, 2003, p.48

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece com efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu ponto de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sentido. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. (ORLANDI, 2003, p .48)

A ideologia tem por uma das suas principais funções produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Sendo a ideologia o elemento básico para a formação do discurso, podemos definir este termo como sendo uma ação verbal dotada de intencionalidade que forma assim uma argumentação.

A argumentação tende a aderir ideias através da persuasão e o convencimento dirige-se a razão, ao modo prático do compartilhamento de ideias através de provas objetivas.

O ato de persuadir tem caráter ideológico e busca subjetivamente seu objetivo alcançando os sentimentos e as vontades inerentes ao ser humano por meio de argumentos verossímeis.

O ato de argumentar dá-se por meio da intenção de compartilhar ideias, partindo de uma ideologia individual através do discurso.

Partindo do princípio de que o enunciado é, por excelência, o ato de dizer algo de algum modo, a enunciação pode ter diferentes significações, de acordo com a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, é inútil atribuir-lhe um sentido único. Cada alocutário entende o enunciado de uma forma diferente, de acordo com seus conceitos e suas experiências de vida.

A compreensão do enunciado está intimamente ligada ao ato de atingir a intencionalidade do falante, a partir daí, este pode ou não persuadir seu ouvinte com suas ideias.

Assim, enunciado também pode ser constituído pelas relações interpessoais, pela estrutura de representações entre o locutor e o alocutário quando na e pela enunciação atualizam suas intenções persuasivas.

Entendemos que o discurso é formado pelo sujeito que, através de sua ideologia, constitui uma linguagem capaz de formar um enunciado.

Todo discurso advém da intenção de fazer com que o alocutário compartilhe de sua tese.

Segundo KOCH(2000, p.19):

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor por outro lado, por meio do discurso - ação verbal dotada de intencionalidade - tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por essa razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia - a da sua própria objetividade. (KOCH, 2000, p.19)

Neste contexto de formação do discurso entendemos a importância da aquisição da linguagem para a criança, pois esta é o ponto inicial para que se possa expressar sua intencionalidade e interagir com o mundo que a cerca.

Temos como produção do discurso desde as sentenças mais simples no ato de aprendizagem da fala e da escrita e por isso valoriza-se o contexto, a ideologia, os objetivos e a expressão da criança para que haja a análise de suas intenções.

3. Considerações finais

Jean Piaget, Emília Ferreiro dentre outros teóricos da educação, em seus escritos direcionam nos dias atuais as práticas pedagógicas dentro e fora da sala de aula. A epistemologia ao definir os meios pelo qual acontece o conhecimento humano introduz ao psicopedagogo ferramentas para a sua avaliação e intervenção.

A linguagem, em sentido amplo, é o acesso do indivíduo à interação com os grupos sociais aos quais ele está inserido. Podemos aqui considerar a língua falada, como inata, quanto à dicção oral, porém adquirida através da observação pelas crianças já em seus primeiros meses de vida. Diferentemente da língua escrita, que necessariamente passa pelo processo ensino-aprendizagem, geralmente nas escolas.

Cabe ao psicopedagogo oferecer meios para que não seja negado ao indivíduo este importante meio de comunicação e de expressão.

Referências

- BALESTRA, Maria M. M. A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade. Curitiba. Ibplex. 2007.
- BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico – o que é e como se faz?. 39º Ed. São Paulo. Loyola. 2005.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo. Scipione. 2010.
- CHOMSKY, Noam. Linguagem e Mente. 3º Ed. São Paulo. UNESP. 2009.
- FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre. Artmed. 2007.
- FERRATER MORA, J., Dicionário de Filosofia, Tomo I, Edições Loyola, São Paulo, 2001.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo. Contexto. 12ª ed. 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. São Paulo. Cortez. 6ª ed. 2000.
- LALANDE, A., Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, Martins Fontes, 3ª edição, 1999, SP.
- MARINHO, Hermínia Regina B. (org). Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade. 2ª Ed. Curitiba. IBPEX. 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso – princípios e procedimentos. São Paulo. Pontes. 5ª ed. 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. O que é linguística?. 2º Ed. São Paulo. Ed Brasiliense. 2009.
- PIAGET, Jean. Epistemologia Genética. 4º Ed. São Paulo. Martins Fontes. 2012.
- ROSSLER, João Henrique. Sedução e Alienação no Discurso Construtivista. São Paulo. Autores Associados. 2006.
- SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEABRA, Karla. SOUZA, Sandra. Educação Infantil. Vol. Único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.
- SEBER, Maria da Glória. A escrita infantil. O caminho da construção. São Paulo. Scipione. 2010.